



Revista  
Portuguesa de  
História  
Militar

Ano V - n.º 8  
Junho 2025



# Revista Portuguesa de História Militar

Dossier:  
Restauração Portuguesa (1640-1668)



RESTAURAÇÃO PORTUGUESA  
(1640-1668)



Revista Portuguesa de História Militar  
Ano V - n.º 8

Editor:  
Comissão Portuguesa de História Militar

Diretores:  
Abílio Pires Lousada e Humberto Nuno de Oliveira

Conselho de Redação:  
Carlos Borges da Fonseca – Secretário-geral da CPHM  
Jorge Silva Rocha – Gabinete de Apoio da CPHM

Conselho Editorial:  
João Vieira Borges – Presidente da CPHM  
Abílio Pires Lousada – Diretor da Revista  
Humberto Nuno de Oliveira – Diretor da Revista  
Membros do Conselho Científico da CPHM

Capa: Jorge Silva Rocha  
Imagem de capa: Batalha do Ameixial (Pormenor) - Sala das Batalhas do Palácio Fronteira (Lisboa) - Cortesia Fundação das Casas de Fronteira e Alorna

IMPRESSÃO  
Rainho & Neves - Artes Gráficas

Junho de 2025

Depósito legal: 494794/22

ISSN: 2795-4323

Todos os direitos reservados

## ENTRE FLECHAS E ARCABUZES: A RESISTÊNCIA NATIVA E A GUERRA IRREGULAR NA PRIMEIRA FASE DA INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA

**Carlos Roberto Carvalho Daróz e Ana Beatriz Ramos de Souza**

### **Resumo**

A primeira fase da Insurreição Pernambucana (1645-1648) foi marcada por um tipo de conflito predominantemente irregular, no qual milícias locais – formadas por luso-brasileiros, indígenas e mestiços – combateram a dominação holandesa no Nordeste do Brasil. Neste período, a Coroa portuguesa, ainda em processo de restauração após a União Ibérica, teve participação limitada, o que conferiu protagonismo aos atores locais na luta armada. Os nativos, especialmente de grupos aliados aos portugueses, desempenharam papel estratégico, tanto como combatentes quanto como conhecedores do território, contribuindo decisivamente para as ações de guerrilha que visavam enfraquecer o controle holandês sobre a região. A análise desta fase evidencia a complexidade das alianças políticas e étnicas envolvidas, bem como a eficácia da guerra irregular no contexto colonial.

**Palavras-chave:** Insurreição Pernambucana; guerra brasílica; guerra irregular.

### **Abstract**

The first phase of the Pernambuco Insurrection (1645-1648) was marked by a predominantly irregular type of conflict, in which local militias - made up of

Portuguese-Brazilians, indigenous people and mestizos - fought against Dutch domination in the north-east of Brazil. During this period, the Portuguese Crown, which was still in the process of restoration after the Iberian Union, played a limited role, giving local actors a leading role in the armed struggle. The natives, especially groups allied to the Portuguese, played a strategic role, both as combatants and as connoisseurs of the territory, contributing decisively to the guerrilla actions aimed at weakening Dutch control over the region. Analysing this phase highlights the complexity of the political and ethnic alliances involved, as well as the effectiveness of irregular warfare in the colonial context.

**Keywords:** Pernambuco Insurrection; Brazilian war; irregular warfare.

Entre 1630 e 1645, a Companhia das Índias Ocidentais (WIC), instrumento do expansionismo comercial neerlandês, procurou estabelecer no Nordeste do Brasil uma colônia mercantil voltada ao controle da lucrativa produção açucareira. A ocupação holandesa<sup>(1)</sup>, centrada principalmente em Pernambuco, visava incorporar economicamente a região ao império colonial dos Países Baixos, impondo novos modelos de administração e exploração. Contudo, a tentativa de domínio encontrou forte resistência por parte dos moradores locais, especialmente proprietários de engenho, religiosos e indígenas aliados, cujos interesses foram ameaçados pela presença estrangeira. A partir de 1645, essa insatisfação culminou na Insurreição Pernambucana, movimento de caráter luso-brasileiro que, com o apoio velado e depois mais evidente da Coroa portuguesa, desencadeou uma longa guerra que resultaria na expulsão definitiva dos holandeses em 1654.

A presença da Companhia não somente em Pernambuco, mas como em outras partes do Nordeste, pode ser considerada um tema pertencente à história do Brasil e também a uma história Atlântica, quiçá mundial, de acordo com a premissa suscitada pelo historiador Charles Boxer, quando estuda o Império Português<sup>(2)</sup>.

A WIC não foi criada com objetivo exclusivamente comercial. Ela foi instrumento da política exterior holandesa para conquistar colônias portuguesas e espanholas nas Américas e na África Ocidental. Da mesma maneira como os Países Baixos queriam excluir com a Companhia das Índias Orientais os outros países europeus do comércio com a Ásia, pretendiam com a WIC afastar os concorrentes europeus das trocas comerciais com a América e a África Ocidental.

---

1. A sede da Companhia das Índias Ocidentais situava-se nas Províncias Unidas dos Países Baixos, também conhecidas como as Sete Províncias. Neste texto, utilizamos os termos “holandês” e “neerlandês” como sinônimos, conforme o uso tradicional, embora tecnicamente “Holanda” seja apenas uma parte do território neerlandês.

2. BOXER, Charles Ralph. *Os Holandeses no Brasil*. Recife: CEPE, 2004.

Muitas obras se debruçam sobre as pesquisas que abrangem a ocupação holandesa no Brasil, mas a fase final dessa ocupação ainda é um tema pouquíssimo estudado na historiografia. Nesse sentido, o texto que aqui apresentamos visa situar o leitor não somente nas características específicas do cotidiano dessa ocupação, mas busca, essencialmente, repensar, a guisa de um olhar centrado na história militar, a primeira fase da nomeada Insurreição Pernambucana no Nordeste do Brasil, a qual periodizamos de 1645 até os movimentos que antecedem a primeira Batalha dos Guararapes (1648).

Por meio de uma ótica interdisciplinar, a Nova História Militar, teorizada por Hendrik Kraay, Celso Castro e Vitor Izeckson<sup>(3)</sup>, ampliou as suas problemáticas, relacionando-as à economia, à política, à sociologia e à antropologia, dentre outros, a partir da proposição de metodologias e abordagens originais<sup>(4)</sup>. A expansão deste campo demarcou a passagem de uma história tradicional para a problematização de variados aspectos das instituições militares e sua relação com a sociedade<sup>(5)</sup>. O pensar histórico a partir dessa premissa nos fornece um arcabouço metodológico interessante para analisarmos a dinâmica do processo de compreendido no período em questão.

Diante de seu interesse no Nordeste do Brasil, em 1624 a WIC invadiu Salvador, então sede do Governo-geral do Brasil, instaurando seu projeto da Nova Holanda, uma colônia que visava ao controle do processo de produção açucareira a partir da principal colônia portuguesa e um dos principais centros produtivos do mundo, junto às Antilhas Holandesas. A experiência, no entanto, durou pouco, pois, no ano seguinte, forças locais lideradas pelo bispo de Salvador, D. Marcos Teixeira, com apoio de uma esquadra luso-espanhola enviada da Europa, conseguiram expulsar os neerlandeses.

Apesar deste revés, a WIC permaneceu com a intenção de implantar uma colônia no Brasil, e, entre 1625 e 1630, sua marinha desenvolveu a guerra de corso em águas atlânticas, com o propósito de financiar uma nova invasão, e cujo ápice foi a captura da Frota da Prata, no litoral cubano, em 8 de setembro de 1628, pelo almirante Pieter Heyn<sup>(6)</sup>.

---

3. IZECKSOHN, Vitor; CASTRO, Celso; KRAAY, Hendrick. Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: FGV: Bom Texto, 2004.

4. SOARES, Luiz Carlos. História Militar: a 'velha' e a 'nova'. In: CARDOSO, Ciro Flamaron; VAINFAS, Ronaldo. Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 113-114.

5. PEDROSA, Fernando Velôzo. A História Militar Tradicional e a "Nova História Militar". Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: Anpuh Nacional, 2011, p. 3. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300540601\\_ARQUIVO\\_Artigo-HistMilTradeNovaHist-Envio.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300540601_ARQUIVO_Artigo-HistMilTradeNovaHist-Envio.pdf)>. Acesso em 10 ago. 2023.

6. DARÓZ, Carlos. O "terror dos mares": a guerra de corso no período entre as invasões neerlandesas nas capitâneas do norte do Brasil (1625-1630). *Navigator*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 53-67, 2021.

Com os recursos auferidos pelos corsários, a WIC empreendeu uma nova invasão ao Nordeste do Brasil em 1630, desta feita na Capitania de Pernambuco, mais fracamente defendida do que Salvador. Sob o comando do coronel Diederick van Waerdenburch, a investida obteve sucesso, e os neerlandeses instalaram uma versão aperfeiçoada de sua Nova Holanda, a qual foi expandida até 1636, alcançando o território compreendido entre o Maranhão e Sergipe<sup>(7)</sup>.

Visando aperfeiçoar sua nova colônia, em 1637 a WIC nomeou para o cargo de *stadthouder* o nobre alemão Johan Maurits von Nassau-Siegen<sup>(8)</sup>, sobrinho do Príncipe de Orange, que procurou desenvolver o Recife material e culturalmente, além de governar com tolerância os luso-brasileiros a ele submetidos. Em 1644, no entanto, em meio a discordâncias dos projetos antagônicos de Nassau e da WIC, o príncipe alemão foi destituído, e, em seu lugar, foi nomeado um Conselho que revogou praticamente todas as medidas que contemporizavam com os moradores locais, reduzindo a política de tolerância e endurecendo a legislação e as cobranças financeiras aos senhores de engenho endividados<sup>(9)</sup>.

Como resultado, a partir de 1645 teve início um levante capitaneado pelos senhores de engenho que resultou na chamada Insurreição Pernambucana. Na sequência, foi criado o Exército Libertador<sup>(10)</sup>, composto por portugueses e brasileiros, que passaram a oferecer resistência armada ao governo da WIC, iniciando uma guerra irregular: a “guerra brasílica”.

No momento em que eclodiu a Insurreição Pernambucana, em 1645, vigorava a chamada Trégua dos Dez Anos, firmada em 1641 entre Portugal e as Províncias Unidas dos Países Baixos. O tratado foi assinado após a Restauração da independência portuguesa e visava suspender as hostilidades para que Portugal pudesse consolidar sua soberania<sup>(11)</sup>. No entanto, no Brasil, seus efeitos foram limitados. As tensões entre luso-brasileiros e holandeses persistiram, motivadas por fatores econômicos, políticos e religiosos. João Fernandes Vieira, um dos senhores de engenho endividados com a WIC, considerou, com razão, que os soldados enviados por Portugal sob o comando de Antônio Dias Cardoso eram insuficientes para sustentar a revolta, solicitando mais recursos para viabilizar o movimento.

Diante disso, o governador-geral do Brasil, Antônio Teles da Silva, colocou em prática um plano engenhoso e audacioso: para não violar oficialmente a

---

7. DARÓZ, Carlos. *A guerra do açúcar: as invasões holandesas no Brasil*. Recife: EDUFPE, 2014.

8. Na Nova Holanda, Nassau foi agraciado com a titulação de *stadthouder*, investido de poderes superiores aos governadores ou conselheiros políticos que o antecederam.

9. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007.

10. Também referido como Exército Patriota.

11. DARÓZ, 2014, op. cit.

trégua com os holandeses, simulou que se tratava de uma guerra colonial interna, ocultando o envolvimento direto da Coroa portuguesa no apoio à insurreição. Em março de 1645 o governador informou às autoridades holandesas que o capitão Henrique Dias havia se desentendido com ele e, juntamente com suas tropas negras, havia “fugido” da Bahia e ingressado no território da Nova Holanda para realizar pilhagens. Fingindo preocupação e amizade com os holandeses, Teles informou também que enviou a tropa indígena de Felipe Camarão para “perseguir e aprisionar” os “desertores” de Henrique Dias. Na realidade, o plano estabelecia que, no momento em que a rebelião fosse deflagrada, as forças de Felipe Camarão e de Henrique Dias se uniriam aos insurretos de Fernandes Vieira, reforçando-os.

Enquanto as companhias de Henrique Dias e Felipe Camarão se internavam no território holandês, os líderes da insurreição reuniram-se no dia 15 de maio, na várzea do Capibaribe, para definir a cadeia de comando do recém-nomeado Exército Libertador e dar posse aos líderes que iriam combater os invasores “em nome da liberdade divina” e “para vingar agravos e tiranias.”<sup>(12)</sup> Fernandes Vieira foi proclamado comandante da insurreição com o título de Governador da Liberdade, tendo como subcomandante Antônio Cavalcanti. Muitos outros receberam patentes de capitão e setores específicos da capitania para operarem, dentre os quais Amador de Vilas e Miguel Gonçalves.

Uma semana depois, em 23 de maio de 1645, voltaram novamente os chefes da insurreição a se reunir em Ipojuca para assinarem um termo de compromisso redigido por Gaspar Pereira, tabelião de São Lourenço<sup>(13)</sup>. Seus termos deixam transparecer a revolta contra as medidas intolerantes da administração local da WIC e a disposição desses líderes de, mesmo insuficientemente armados, enfrentar o ainda poderoso exército da Companhia.

O dia de São João, 24 de junho, foi escolhido para o início da revolta, dando início à Insurreição Pernambucana. Para atrair interessados, Fernandes Vieira fez diversas promessas, como pagar o soldo atrasado de quem fosse militar, respeitar as crenças religiosas e dar liberdade aos negros. Em contrapartida, todo aquele que ajudasse os holandeses teria morte certa<sup>(14)</sup>.

A primeira ação insurrecional ocorreu em Ipojuca, em meados de junho, quando as tropas do capitão-mor Amador de Araújo capturaram a guarnição de trinta soldados holandeses do tenente Jacob Flemming e os aprisionaram no

12. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: 2002.

13. O Compromisso de Ipojuca selou a união dos insurretos contra o domínio holandês em Pernambuco. O documento é considerado o marco inicial da Insurreição Pernambucana e traz uma das primeiras utilizações do termo “Pátria” no Brasil, revelando o surgimento de um sentimento coletivo de identidade e resistência local.

14. WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*. Recife: CEPE, 2004.

mosteiro existente na vila, cortando as comunicações entre o Recife e o Cabo de Santo Agostinho<sup>(15)</sup>.

Para neutralizar a ameaça proporcionada pela ainda pouco organizadas tropas de Fernandes Vieira e pelas companhias de Henrique Dias e Camarão, cuja localização ainda era incerta, a WIC enviou uma força de cobertura para o sul, tendo como comandante o coronel Hendrik van Haus, secundado pelo capitão Jan Blaer, que tinha a reputação de ser um oficial agressivo, eficiente e dado a brutalidades.

Em contrapartida, o governador Teles resolveu ampliar o apoio que já prestava aos insurgentes, enviando 16 caravelas com dois os terços portugueses. Oficialmente, o justificou o envio das tropas alegando que iriam auxiliar os “amigos” holandeses no controle da rebelião, embora, na verdade, iriam mesmo é se reunir aos insurretos. Vidal de Negreiros, líder dessa força desembarcada, não perdeu tempo e ocupou Serinhaém.

Na manhã de 3 de agosto de 1645, uma força de cobertura da WIC, sob o comando do coronel Hendrik van Haus, chegou ao sopé de uma elevação coberta por um tabocal<sup>(16)</sup> na região denominada Santo Antão. Confiantes e certos de sua superioridade, os holandeses se lançaram ao ataque, apenas para serem surpreendidos pelas emboscadas posicionadas nos tabocais pelo capitão Agostinho Fagundes. Repelidos, os neerlandeses fizeram mais três tentativas de assaltar a posição, mas, ao cair da tarde, já bastante desgastados e constatando sua incapacidade de vencer as bem estabelecidas defesas, romperam o contato e se retiraram, deixando para trás centenas de baixas. Terminava a Batalha do Monte das Tabocas, o primeiro enfrentamento de vulto entre as forças holandesas e os insurgentes pernambucanos.

A vitória no Monte das Tabocas foi muito importante para os rebeldes, pois se constituiu no seu batismo de fogo como força organizada e possibilitou a obtenção de valioso armamento, capturado junto aos cadáveres dos holandeses mortos. A notícia desse primeiro sucesso provocou grande contentamento em Lisboa e animou os insurgentes. Quanto aos holandeses, a WIC percebeu que tinha um grande problema a ser resolvido e, se não agissem rápido, teriam que abandonar sua colônia.

O desembarque das forças de Vidal de Negreiros e de Martim Soares Moreno em Tamandaré permitiu dar continuidade ao plano de junção com os insurgentes e, após uma breve marcha, no dia 16 de agosto, os dois terços portugueses uniram-se às forças de Fernandes Vieira, Henrique Dias e Felipe Camarão. A partir daí,

---

15. DARÓZ, 2014, op. cit.

16. Taboca é uma espécie de bambu recorrente na região Nordeste do Brasil.

as tropas libertadoras partiriam para atacar as forças de Van Haus, que, depois da derrota no Monte das Tabocas, havia se refugiado no engenho Casa Forte. Neste local, ocorreu breve combate, também vencido pelos luso-brasileiros, que perderam 16 mortos e 35 feridos, dentre os quais o capitão Agostinho Fagundes, que havia se destacado no Monte das Tabocas, morto com um tiro de mosquete; e Henrique Dias, ferido mais uma vez<sup>(17)</sup>.

Ao invés de partir para o ataque contra o Recife, Vidal deixou Fernandes Vieira regularizando o cerco contra a cidade, enquanto dirigiu-se com a maior parte de suas tropas para a região do Pontal, para combater os holandeses por lá. O fato de os luso-brasileiros não atacarem diretamente o Recife é tema para discussões até hoje, pois as tropas da WIC na cidade encontravam-se extremamente enfraquecidas.

No sul da Nova Holanda, as forças de Vidal de Negreiros obtiveram bons resultados e o eixo Serinhaém – Pontal – Cabo de Santo Agostinho foi conquistado sem grandes dificuldades pelos luso-brasileiros. Em meados de setembro, o reduto holandês em Porto Calvo denominado Forte Maurício foi conquistado e os neerlandeses expulsos da localidade.

A notícia da insurreição generalizada no sul da Nova Holanda levou os mandatários da WIC na Paraíba e no Rio Grande a atuarem preventivamente, aprisionando moradores suspeitos e atizando os índios locais contra os portugueses, do que resultaram inúmeras atrocidades e matanças. As vitórias de Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira, no entanto, começaram a atrair para a causa restauradora muitos moradores brasileiros que, até então, estavam indecisos quanto ao futuro da rebelião.

Em um mundo onde as informações eram transmitidas na velocidade das velas dos navios e levavam meses para chegar aos destinatários, as primeiras notícias da insurreição chegaram às Províncias Unidas somente em agosto, mas, como vimos, a WIC não estava em condições de garantir uma resposta a altura da afronta.

O ano de 1645 foi duro para os holandeses. A temida insurreição havia eclodido e, ao sul do Recife, todo o território da Nova Holanda havia sido dominado pelos luso-brasileiros. A cidade do Recife, centro administrativo da colônia da WIC, encontrava-se completamente cercada e com as comunicações cortadas para o interior, somente sendo possível acessar outras guarnições pelo mar. Para piorar a situação, um despacho capturado na nau-capitânia de Serrão de Paiva, por ocasião da batalha naval de Tamandaré, não deixava dúvidas de que o rei de

---

17. WÄTJEN, op.cit.

Portugal D. João IV estava apoiando efetivamente a rebelião<sup>(18)</sup>.

Em janeiro entrou em operação o novo quartel-general de Vidal de Negreiros, que havia sido construído em apenas três meses de intenso trabalho. Localizado na Várzea, margem direita do rio Capibaribe, a cerca de 6 quilômetros da cidade, a nova fortificação recebeu o nome de Arraial Novo do Bom Jesus, em homenagem ao primitivo reduto levantado pelos luso-brasileiros contra os invasores neerlandeses, a partir do qual passou a ser dirigido o cerco ao Recife.

Ao mesmo tempo em que dominava o sul e iniciava a insurreição na Paraíba e no Rio Grande, o Exército Libertador estabeleceu um severo cerco à cidade do Recife, com o objetivo de esgotar os recursos dos holandeses e forçá-los à rendição e, em maio de 1646, o grande cerco atingia seu apogeu. Na cidade sitiada aglomeravam-se cerca de 11 mil homens, mulheres e crianças, dentre os quais 2 mil soldados, 800 civis e de 600 a 700 marinheiros. A carestia foi tanta que obrigou os administradores da WIC na cidade a racionarem a alimentação, atingindo a todos, abastados ou pobres. O conselheiro Johan van Rasevelt, da Corte de Justiça do Recife, escreveu para a Holanda reclamando de sua situação, conforme observou Netscher: “já eram passados três dias sem conseguir mantimentos, sequer pão, nem para si próprio, nem para sua mulher e cinco filhos.”<sup>(19)</sup>

Centenas de homens, mulheres e crianças sucumbiram pela fome, doenças e cansaço durante o cerco e, além das dificuldades naturais decorrentes da fome, os luso-brasileiros organizaram diversas emboscadas para eliminar qualquer um que se aventurasse fora dos limites da cidade na tentativa de obterem alimentos ou lenha e muitos perderam a vida quando tentaram realizar essas tarefas. Como poderia a Nova Holanda subsistir sem receber reforços?

Em fins de junho a guarnição holandesa no Recife estava a ponto de se render pela exaustão provocada pelo cerco, quando, no dia 23, chegaram ao porto dois navios carregados de provisões e munição. Muito mais importante do que os víveres, porém, os navios trouxeram a notícia de que, no prazo de um mês, chegaria das Províncias Unidas uma poderosa esquadra de socorro, incluindo navios de guerra e tropas de desembarque.

Tal esquadra foi chegando a Pernambuco aos poucos, entre os meses de julho e setembro. A bordo dos navios vinham os novos conselheiros, nomeados em novembro de 1645, e o coronel Sigismund von Schkoppe, este com a missão de liderar as tropas da WIC. Decidido a aplicar um golpe decisivo contra a rebelião, Schkoppe traçou um plano ofensivo, que consistia em atacar a Paraíba e vir

---

18. Relatório de Van der Voorde, apud. BOXER, op. cit., p. 244.

19. NETSCHER, Pieter Marinus. *Os holandeses no Brasil*: notícia histórica dos Países Baixos e do Brasil no século XVII. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

descendo para o sul, limpando, em seu caminho, o território holandês dos luso-brasileiros insubmissos.

Von Schkoppe investiu duas vezes contra Olinda, mas foi derrotado, retirando-se com suas tropas para o Recife. Além do mais, fora ferido durante o segundo ataque a Olinda. A contenção das investidas de Von Schkoppe, por outro lado, elevou o moral dos combatentes de Vidal de Negreiros e de Fernandes Vieira.

Também derrotado em sua tentativa de fazer do rio São Francisco uma base para atacar a Bahia, Von Schkoppe resolveu investir diretamente contra a sede da administração colonial portuguesa. O comandante da WIC pretendia paralisar o comércio da Bahia, estabelecendo uma base para sitiá-la Salvador pelo mar, como ocorria com o Recife, por terra, e fazer com que o governador Antônio Teles da Silva retirasse as tropas de Pernambuco para defender a Bahia.

Reunindo 2.400 homens em 26 navios, partiram o coronel Von Schkoppe e o conselheiro Simon van Beaumont para a capitania da Bahia, onde pretendia desembarcar em qualquer porto que lhes fosse favorável. Em 8 de fevereiro de 1647 os neerlandeses realizaram um desembarque noturno na ilha de Itaparica, e, no dia seguinte, começaram a construir um forte, para lhes servir como quartel. Não houve qualquer resistência ao desembarque, pois na ilha praticamente não havia soldados, apenas lavradores com suas famílias.

Na noite de 17 para 18 de março, 800 soldados portugueses desembarcaram na ilha e atacaram os holandeses, mas estes, tendo sido reforçados por 500 homens vindos diretamente da Europa<sup>(20)</sup>, conseguiram rechaçar os atacantes. Mas, contrariando os planos de Von Schkoppe, o governador Teles da Silva não retirou as forças insurgentes de Pernambuco, que continuaram a pressionar o Recife, frustrando as intenções do comandante holandês. Com o correr dos dias, Schkoppe percebeu que não dispunha de forças suficientes para atacar Salvador ou o Recôncavo, e limitou-se a tentar bloquear o comércio e o transporte marítimo no litoral da Bahia.

O ataque holandês contra o coração do Império Ultramarino português no Brasil obrigou o rei D. João IV a deixar de lado sua política dúbia e a intervir abertamente na guerra. Resolveu o monarca enviar ao Brasil sua Armada Real do Mar Oceano, mas esta levaria algum tempo para ser preparada e chegar à Bahia. Para atenuar a situação, o rei despachou, de imediato, no dia 26 de março, uma caravela conduzindo o experiente mestre-de-campo-general Francisco Barreto de Menezes, que deveria assumir o comando do Exército Libertador e realizar a condução da guerra. Quando chegava ao Brasil para assumir seu novo posto,

---

20. Dentre esses reforços estava o coronel Hendrik van Haus, que havia sido derrotado na Casa Forte e enviado preso para Portugal. Morreria mais tarde, em 19 de abril de 1648, durante a primeira Batalha dos Guararapes.

contudo, em 6 de maio de 1647, a caravela que o transportava para Salvador foi interceptada pelo bloqueio marítimo de Von Schkoppe, e Barreto de Menezes foi ferido e capturado, antes mesmo de desembarcar. O general português foi, então, conduzido ao Recife, onde permaneceu preso.



Fig. 1 – João Fernandes Vieira (Fonte: Wikimedia Commons)



Fig. 2 – Mestre de Campo General Barreto de Menezes (Fonte: Exército Brasileiro)

Enquanto Von Schkoppe sustentava sua posição em Itaparica, na Europa a diplomacia portuguesa atuava para impedir que fosse iniciada uma guerra

generalizada contra as Províncias Unidas, visto que, ao menos no papel, a Trégua de Dez Anos ainda estava em vigor. Os Estados Gerais<sup>(21)</sup> haviam, em duas resoluções datadas de 24 de setembro de 1646 e 22 de janeiro de 1647, dado feições legais ao conflito na colônia, autorizando “todos os oficiais de terra e mar, ao serviço da Companhia das Índias Ocidentais, a usarem de represálias para com os que procurassem ocasionar prejuízos à Companhia.”<sup>(22)</sup>

Em Portugal havia diversas personalidades e autoridades que acreditavam que a insurreição poderia pôr todo o seu Império Ultramarino a perder, dentre os quais figuravam o embaixador Francisco de Souza Coutinho e o padre Antônio Vieira. Como oferta final, Souza Coutinho, sob a influência do padre Vieira, propôs aos Estados Gerais a restauração do Brasil Holandês dentro dos limites territoriais de 1.º de dezembro de 1640, o pagamento das dívidas dos moradores à Companhia e o emprego das tropas do Governo-geral contra os insurgentes em Pernambuco.

Quando receberam a notícia de que o rei de Portugal estava preparando a Armada Real do Mar Oceano para enviar ao Brasil, os Estados Gerais apressaram-se para armar também uma esquadra que pudesse se contrapor aos reforços portugueses. Após cinco meses de discussões e levantamento de fundos, em agosto de 1647 doze navios de guerra foram selecionados na Holanda para socorrer a guarnição da WIC no Brasil. A esquadra, que desta vez não pertencia à WIC, mas aos Estados Gerais, conduzia cerca de 6 mil soldados embarcados.

Alarmados pelos maus resultados da administração da Nova Holanda e dos fracassos militares de Von Schkoppe, que não conseguia dar fim à insurreição, a WIC e os Estados Gerais consideraram a possibilidade de enviar ao Brasil novamente um *stadthouder* com plenos poderes, e, mais uma vez, o nome lembrado foi o do conde Johan Maurits von Nassau-Siegen, que na época residia em um palácio na Haia. A ele seria dado o comando da esquadra. Nassau não declinou do convite, mas impôs condições que a WIC não tinha capacidade de satisfazer, como o pagamento de seus salários atrasados, um vencimento vitalício de 50 mil florins por mês e um exército de, pelo menos, 12 mil soldados<sup>(23)</sup>.

Diante da impossibilidade de recontratar Nassau, o escolhido para comandar a esquadra foi Witte Corneliszoon de With, um dos mais renomados e talentosos almirantes da Holanda. Sua frota zarpu somente no final de dezembro, quase

---

21. Os Estados Gerais eram a assembleia representativa das Províncias Unidas dos Países Baixos, formada por delegados das sete províncias que compunham a república. Detinham autoridade suprema em assuntos diplomáticos, militares e comerciais, sendo o principal órgão de governo da República das Províncias Unidas no período da ocupação holandesa no Brasil.

22. NETSCHER, op. cit., p.154.

23. Ibid.

três meses depois da partida de Lisboa da Armada Real do Mar Oceano.

Em novembro de 1647 uma ação ofensiva dos insurgentes no Recife iria determinar o fim da ocupação holandesa na ilha de Itaparica. Sob a direção pessoal de Vidal de Negreiros e de Fernandes Vieira, os luso-brasileiros ergueram um baluarte bem diante da ilha de Antônio Vaz, às margens do rio Capibaribe, a cavaleiro do Forte Asseca holandês<sup>(24)</sup>. Depois de artilhada a posição com alguns canhões, os insurgentes passaram a bombardear sistematicamente o Recife. Instalado o terror na localidade, que contava apenas com uma guarnição militar reduzida, não restou opção aos dirigentes da WIC senão chamar de volta as tropas de Von Schkoppe que estavam na Bahia para defendê-la. Dessa forma, no dia 15 de dezembro, as forças neerlandesas deixaram a ilha de Itaparica e retornaram para socorrer o Recife.

Como vimos, a nova tentativa de invasão da Bahia pelos neerlandeses provocou a reação de D. João IV, que decidiu enviar ao Brasil sua Armada Real do Mar Oceano. Sob o comando de D. Antônio Teles de Meneses, conde de Vila-Pouca de Aguiar, a esquadra tinha como missão principal garantir a segurança da Bahia e, para isso, não deveria empreender nenhuma ação hostil contra o Recife, devendo apenas limitar-se à expulsão dos holandeses de Itaparica. Como parte da política ambígua de D. João IV, o conde de Vila-Pouca trazia ordens ostensivas e ordens secretas. As ostensivas determinavam que ele aprisionasse o governador-geral Antônio Teles da Silva, por colaboração com os “rebeldes” contra os holandeses. As ordens secretas, contudo, estabeleciam que, após um breve e discreto intervalo de tempo, deveria ser anunciado que Teles da Silva “fugira” para a França. Além de ampliar a cooperação com o movimento de resistência em Pernambuco<sup>(25)</sup>.

A Armada Real do Mar Oceano chegou à Bahia em 22 de dezembro de 1647, dias depois da partida, na Holanda, da esquadra de Witte de With, mas as tropas de Von Schkoppe tinham abandonado Itaparica uma semana antes. Ainda no fim de 1647, Henrique Dias partiu para o norte com seus soldados negros e avançou até o rio Cunháú. No caminho, saqueou e pilhou o território holandês e fez diversos prisioneiros, os quais foram levados para o Arraial Novo.

A chegada do ano de 1648 trouxe importantes novidades ao cenário político-militar da Europa, que, naturalmente, repercutiram nas colônias americanas. Foram assinados dois importantes tratados, nas cidades de Münster e Osnabrück, celebrando a Paz de Vestfália<sup>(26)</sup>. No dia 30 de janeiro foi assinado o Tratado de Münster, pela Espanha e pelas Províncias Unidas, pondo fim à Guerra dos

---

24. Hoje Cais da Aurora, no centro do Recife.

25. DARÓZ, 2014, op. cit.

26. GLETE, Jan. *Warfare at sea, 1500-1650: Maritime conflicts and the transformation of Europe*. New York: Routledge, 2000.

Oitenta Anos e consolidando a independência neerlandesa. Em 24 de outubro de 1648, foi a vez do Tratado de Osnabrück, firmado pelo Sacro Império Romano-Germânico e pela coligação franco-sueca, encerrando a Guerra dos Trinta Anos.

O acerto entre os Estados Gerais e a Coroa espanhola trouxe apreensão a Portugal, e D. João IV viu-se pressionado a abandonar sua posição dúbia. Não estava nos planos da WIC, no entanto, abrir mão de suas possessões no Nordeste brasileiro e, desde o início das negociações, ao contrário, os diretores da Companhia exigiram uma reparação de 300 mil cruzados pelos “danos causados” à WIC e o direito de ocupação da Bahia ou da Ilha Terceira dos Açores. As exigências eram por demais humilhantes para Portugal e impediram qualquer possibilidade de acordo. Como não houve acordo, a guerra no Brasil prosseguiu.

No dia 23 de janeiro de 1648, chegou ao Arraial Novo o mestre-de-campo-general Francisco Barreto de Menezes, depois de lograr escapar da prisão no Recife, onde permaneceu encarcerado por nove meses. O oficial português foi recebido com festa e, embora houvesse certa resistência por parte de Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira, ambos acabaram se submetendo à autoridade do general. Mesmo com atraso, Barreto de Menezes cumpriu as ordens do rei D. João IV, e assumiu o comando do Exército Libertador. As forças sob seu comando totalizavam cerca de 3 mil soldados, divididos em quatro terços: o de Fernandes Vieira, composto por mulatos e colonos arregimentados em Pernambuco; o de Vidal de Negreiros, com soldados de infantaria portugueses trazidos da Bahia; de Felipe Camarão e seus índios potiguares; e de Henrique Dias, constituído por negros, mulatos e escravos libertos. O mestre-de-campo Martim Soares Moreno retornou para a Bahia, a fim de reforçar a guarnição da Capitania Real<sup>(27)</sup>.

Depois de uma difícil travessia oceânica, no dia 18 de março de 1648 chegou ao Recife o almirante Witte de With, com sua esquadra e os reforços nela embarcados. Com as novas tropas recebidas, os holandeses procuraram aliviar o cerco ao Recife e estabeleceram como primeiro objetivo o Cabo de Santo Agostinho, local onde os luso-brasileiros eram abastecidos e exportavam a produção açucareira dos engenhos localizados no interior da capitania, fora do alcance da WIC.

Na manhã de 18 de abril de 1648, o recém-promovido tenente-general Von Schkoppe deixou o Recife com uma força de aproximadamente 4.500 soldados, a qual seria, no dia seguinte, emboscada e derrotada na região dos Montes Guararapes.

Durante a primeira fase da Insurreição Pernambucana (1645-1648), os nascidos no Brasil – sobretudo os luso-brasileiros, senhores de engenho e membros da elite local – desempenharam um papel central na resistência contra o domínio

---

27. VARNHAGEN, op.cit.

holandês. Movidos por fatores econômicos, religiosos e políticos, esses líderes locais organizaram milícias e alianças com indígenas e populações mestiças para enfrentar o controle imposto pela Companhia das Índias Ocidentais. A insatisfação com os altos impostos, o confisco de bens e o desrespeito às práticas católicas motivaram uma reação articulada e persistente. Figuras como André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira ilustram a proeminência dos naturais da terra no comando da luta, assumindo um protagonismo que combinava defesa do território, da fé católica e dos interesses locais frente à dominação estrangeira.

A libertação do território ocupado pelos holandeses, consolidada com a rendição definitiva em 1654, foi resultado direto da mobilização interna liderada por esses brasileiros, que não apenas resistiram militarmente, como também sustentaram o conflito em um contexto de reduzidos recursos metropolitanos. As vitórias em batalhas decisivas, como a do Monte das Tabocas e as duas dos Guararapes, selaram o fracasso do projeto colonial holandês no Nordeste. A ação dos nascidos no Brasil durante a insurreição revelou uma identidade política em formação, marcada pela defesa do espaço local contra o domínio externo. Assim, a Insurreição Pernambucana não só reconquistou o território, mas também reforçou o papel dos brasileiros como agentes ativos na construção da história colonial.

Não podemos esquecer que os líderes da insurreição pernambucana hoje têm os seus nomes registrados no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria* – ou *Livro de Aço*<sup>(28)</sup>, abrigado no Panteão da Pátria, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, demonstrando que suas ações foram fundamentais para nossa unidade nacional, reiterando nossa visão de brasilidade.

## Referências Bibliográficas

BOXER, Charles Ralph – *Os holandeses no Brasil*. Recife: CEPE, 2004.

CONHEÇA os Heróis e Heroínas da Pátria. *Agência Senado*. Brasília: 5 abr. 2023. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/03/conheca-os-herois-e-as-heroínas-da-patria>>. Acesso em 20 abr. 2025.

DARÓZ, Carlos – *A guerra do açúcar: as invasões holandesas no Brasil*. Recife: EDUFPE, 2014.

\_\_\_\_\_ – O “terror dos mares: a guerra de corso no período entre as invasões neerlandesas nas capitanias do norte do Brasil (1625-1630)”. In *Navigator*. Rio de Janeiro: v. 17, n. 33.

---

28. CONHEÇA os Heróis e Heroínas da Pátria. *Agência Senado*, Brasília, 5 abr. 2023. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/03/conheca-os-herois-e-as-heroínas-da-patria>>. Acesso em 20 abr. 2025.

GLETE, Jan – *Warfare at sea, 1500-1650: Maritime conflicts and the transformation of Europe*. New York: Routledge, 2000.

IZECKSOHN, Vitor; CASTRO, Celso; KRAAY, Hendrick – *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV: Bom Texto, 2004

MELLO, Evaldo Cabral de – *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007.

NETSCHER, Pieter Marinus – *Os holandeses no Brasil: notícia histórica dos Países Baixos e do Brasil no século XVII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

PEDROSA, Fernando Velôzo – “A História Militar Tradicional e a “Nova História Militar”. In *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: Anpuh Nacional, 2011, p. 3. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300540601\\_ARQUIVO\\_Artigo-HistMilTradeNovaHist-Envio.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300540601_ARQUIVO_Artigo-HistMilTradeNovaHist-Envio.pdf)>. Acesso em 10 ago. 2023.

SOARES, Luiz Carlos – “História Militar: a ‘velha’ e a ‘nova’2. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo – *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército: 2002.

WÄTJEN, Hermann – *O domínio colonial holandês no Brasil*. Recife: CEPE, 2004.

## CARLOS ROBERTO CARVALHO DARÓZ

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense e pela Université Libre de Bruxelles. Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar do Exército Brasileiro. [cdaroz@yahoo.com.br](mailto:cdaroz@yahoo.com.br). ORCID: 0000-0002-8842-3571.



## ANA BEATRIZ RAMOS DE SOUZA

Doutora em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar do Exército Brasileiro. [abyasouza1982@gmail.com](mailto:abyasouza1982@gmail.com). ORCID: 0000-0001-8248-0391.



Como citar este texto:

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho, SOUZA, Ana Beatriz Ramos de – Entre Flechas e Arcabuzes: A Resistência Nativa e a Guerra Irregular na Primeira Fase da Insurreição Pernambucana. Revista Portuguesa de História Militar – Dossier Restauração Portuguesa (1640-1668). [Em linha] Ano V, nº 8 (2025); <https://doi.org/10.56092/OKTI8093> [Consultado em ...].